



Debate Governo dialoga com professores, mas avisa que lei prevê serviços mínimos

Costa tem “muita esperança” que não haja greve a exames

Nuno Miguel Ropio

sociedade@jn.pt

► O primeiro-ministro admitiu, ontem, ter “muita esperança” de que a paralisação dos professores não passe de um pré-aviso de greve aos exames nacionais, no dia 21 de junho. António Costa defendeu a “abertura do Governo” para discutir as exigências da Fenprof e da FNE. Mas se correr mal o diálogo, avisou, avança um decreto de serviços mínimos.

Confrontado pela líder centrista Assunção Cristas com o anúncio de greve feito pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), Costa disse ter “muita esperança de que haja condições para que o pré-aviso de greve não se configure numa greve”.

O socialista admitiu que um acordo “é sempre melhor do que o confronto”, mas salientou que o Governo tem de “gerir os recursos dos contribuintes colocados à disposição do Estado”. Em caso de greve, sublinhou que “a conflitualidade social faz parte da vida democrática” e que “a lei prevê a existência de serviços mínimos”.

Refira-se que, ontem, depois de não terem chegado a um consenso, a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e a Fenprof criaram um colégio arbitral para decidir se se justificam os serviços mínimos.



Fenprof desdisse Costa logo depois deste ter anunciado vinculação de docentes

por menores :

Solução para malparado

● O primeiro-ministro revelou que, na segunda-feira, o Governo reuniu com os três principais bancos nacionais para apresentar uma solução para os créditos não performativos” (créditos malparados).

Santa Casa no Montepio

● Costa disse ainda que o Governo concorda que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa entre no capital social do banco Montepio. “Seria positivo para o sistema financeiro no quadro da estabilização”, frisou.

Costa apostou no tema da Educação no arranque do debate, tendo reafirmado vários anúncios já conhecidos para o próximo ano letivo. Além da redução da dimensão de turmas, que abrange 200 mil alunos, ou a recuperação de 200 escolas até 2019, o socialista frisou a vinculação de “cerca de mais três mil professores”.

Após estas palavras, a Fenprof veio dizer que “algo não bate certo entre o que diz o primeiro-ministro e o que faz o Ministério da Educação”. Em causa esteve a reunião da Fenprof com a tutela, à mesma hora do debate, em que não terá sido aceite pelo Governo a abertura de mais “827 vagas para vinculação extraordinária”. ●

EDP acusada de ser manhosa e “hostil”

RENDAS O primeiro-ministro apontou, ontem, “manhas” à EDP, pela forma como atua no mercado, e acusou a regulação do setor de dar cobertura à atuação da multinacional portuguesa, que considera ser “hostil” ao Governo.

No Parlamento, António Costa disparou em vários sentidos: operadores energéticos, regulação e até ao próprio quadro regulatório. Em resposta à deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia, subli-

nhou, até por “experiência” como autarca, que tem “conhecimento como certos operadores, designadamente a EDP, têm várias manhas para conseguir contornar muitas vezes” as regras contratuais e regulatórias.

Por diversas vezes confrontado à Esquerda com as rendas energéticas, garantiu não ter “a menor das dúvidas” da necessidade de “melhorar o quadro regulatório e o contratual”, com objetivo de que

“famílias, empresas e Estado paguem menos do que têm pago”.

Dando exemplo de que, de cada vez que o Governo tenta apertar a malha à atuação das empresas energéticas estas conseguem contornar as regras, como foi no caso da legislação sobre os contadores, Costa disse que os contratos estabelecidos com as empresas energéticas serão renegociados assim que “o esgotamento do tempo” de tais acordos estabelecidos no passado dite essa possibilidade.

E, depois de mostrar insatisfação com o atual quadro regulatório do setor energético, admitiu que a “EDP passou de uma posição dócil para uma posição hostil ao Governo”. NUNO MIGUEL ROPPIO